

A CONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA VIDREIRA NA MARINHA GRANDE REPERCUSSÕES SOCIOECONÓMICAS*

Por José M. Amado Mendes

A *Marinha Grande* é hoje um importante pólo industrial — no qual sobressaem a indústria de vidros e de moldes —, mas é, simultaneamente, não só cidade e sede de concelho — do distrito de Leiria —, como um centro socioeconómico e demográfico bastante dinâmico, cuja população ultrapassará os 30 000 habitantes¹. Todavia, ao focar-se o desenvolvimento marinhense sob uma perspectiva histórica, constata-se duas particularidades: a) que o referido desenvolvimento se processou, de modo especial, em período relativamente recente, isto é, desde meados do século XVIII e, de forma muito mais acelerada, desde finais do século XIX; b) que a mencionada expansão está particularmente ligada à indústria vidreira, da qual é — e persiste em continuar a ser —, desde há cerca de um século, o principal centro, em Portugal. Estas características justificariam, em meu entender, que sobre a *Marinha Grande* fosse elaborada uma desenvolvida e documentada *monografia*. Através desta deveriam explicar-se quais os mecanismos que possibilitaram que a referida localidade — ao invés do que sucedeu com muitas outras, de tradição mais ancestral — passasse de uma

* Comunicação preparada no âmbito do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (I.N.I.C.) e apresentada ao III Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos, em Leninegrado (13 a 15 de Junho de 1988), graças a um subsídio de viagem, atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian.

¹ A população residente no concelho da *Marinha Grande*, em 1981, elevava-se a 31 284 habitantes, dos quais 25 783 na *Marinha Grande* e lugares periféricos e 5501 em *Vieira de Leiria* (*XII Recenseamento Geral da População. II Recenseamento Geral da Habitação. Resultados definitivos, 1981. Distrito de Leiria*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1983, p. 4).

modesta aldeia a: sede de freguesia (1600)², vila (1836-1838 e a partir de 1892), sede de concelho (1917)³, cidade (desde 11 de Março de 1988) e activo centro socioeconómico, cultural e político da Região Centro-Litoral, em que se localiza.

Obviamente que não é esse o meu desiderato, nem tão-pouco a forma de monografia seria adequada a esta comunicação. O meu objectivo é bem mais modesto. Basicamente, visa apresentar algumas reflexões sobre a atracção exercida pela Marinha Grande sobre a indústria do vidro e, conseqüentemente, sobre alguns dos efeitos desse processo, de tendência aglutinadora.

1 — Condições favoráveis

Sabe-se hoje que os factores de *localização industrial*, além de múltiplos, têm variado ao longo dos tempos. Essa variação pode estar ligada a questões de matérias-primas, combustíveis, tecnologia, transportes, mercados, condições socioeconómicas e culturais, etc. Geralmente, nas decisões que levam os respectivos agentes a optar por uma ou outra localização de certa unidade industrial, pesam elementos muito diversos, de índole humana, psicológica ou mesmo pessoal, mas também de índole material e objectiva, tendo em conta condições de rentabilidade. Nesse sentido, não me parece suficiente invocar apenas factores humanos e volitivos, para explicar o surto vidreiro marinhense, como fez Alfredo Gândara. Segundo este Autor, «O desenvolvimento da indústria do vidro na Marinha Grande assenta em três alicerces indestrutíveis: a vontade de um Rei (D. José I), secundada pela dos sucessores, o génio dos Stephens e a devoção heróica de gerações de artistas»⁴. Sem negar a relevância dos ditos alicerces que, em última análise, se prendem com o proteccionismo industrial, a importação de tecnologia e de *know-how* e a criação e desenvolvimento de uma mão-

² «Marinha Grande», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 16, Lisboa — Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, Lda., reimp. 1978, p. 361.

³ Maria Filomena Mónica, «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», *Análise Social*, vol. XVII, n.ºs 67-68-69, 1981, p. 535; João Cabral, *Anais do Município de Leiria*, vol. I, Leiria, 1975, pp. 584-587.

⁴ Alfredo Gândara, *As bases históricas e morais do desenvolvimento da indústria do vidro na Marinha Grande*, Lisboa, 1967, p. 3. Sep. da Revista ilustrada «Portugal d'Aquém e d'Além Mar».

-de-obra especializada, permito-me destacar igualmente os seguintes: combustível, matérias-primas, sistema de transportes e carácter rural do meio. A estes aspectos aludia o atento 2.º visconde de Balsemão, Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, ao descrever a Marinha Grande, após a ter visitado, em 1812: «O lugar da *Marinha Grande* corre por uma planície de chão saibrento, cercado de espessos pinhaes, e outras árvores silvestres, e de alguns campos de lavoura. Está situado aos 39º 45' de latitude Norte e 9º 12' de longitude ao Oeste do Meridiano de Greenwich. Dista da capital pela estrada de Ribatejo, Rio Maior, e Carvalhos 22 legoas; e pela de Torres Vedras, Caldas da Rainha, e Pederneira 21»⁵.

Como é sabido, a questão do *combustível*, para a indústria do vidro, é decisiva. A alta temperatura requerida pelo fabrico do vidro (1300º — 1500º) e o facto de a lenha ter sido o combustível utilizado, até bem entrado o século XX, constituíram motivos muito fortes para a instalação e o desenvolvimento da indústria vidreira na Marinha Grande. Como é do conhecimento geral, esta localiza-se na área do *Pinhal de Leiria*, «o mais vasto maciço florestal do País», com 17 km de comprimento (Norte-Sul) por 5 km de largo (Este-Oeste) e uma área superior a 9 315 hectares⁶. Como já foi sublinhado, a propósito da indústria vidreira na Lorena (França): «O problema do *combustível* era um problema de primeiro plano, porque se tratava, com efeito, de elevar os elementos constitutivos do vidro a uma temperatura de 1400º. Era pois capital — a fim de se poder dispor de combustível no próprio local, de forma a não ser agravado pelo frete — instalar-se no coração das florestas e não apenas na sua periferia»⁷.

As vantagens decorrentes da abundância de lenha, na área da Marinha Grande, têm sido realçadas por diversos autores, quer quanto à transferência da fábrica de vidros de João Beare, de Coima — concelho

⁵ Visconde (2.º) de Balsemão, «Memoria sobre a descripção fisica, e economica do lugar da Marinha Grande, e suas visinhanças», *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. V, Lisboa, Academia (...), 1815, p. 258. Sobre a vida e obra do 2.º visconde de Balsemão ver José M. Amado Mendes, *Memória sobre a provincia do Minho pelo 2.º visconde de Balsemão. Introdução, transcrição e notas*, Coimbra, 1980, pp. 31-69. Sep. da «Revista Portuguesa de História», t. XVIII.

⁶ *Guia de Portugal, II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, reimp., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 648.

⁷ Germain Rose-Villequey, *Verre et verriers de Lorraine au début des temps modernes (de la fin du XVe siècle au début du XVIIe siècle)*, Nancy, imprimerie Bialec, 1970, pp. 78-79 (tradução minha).

do Barreiro — para aquela localidade (1747)⁸, quer quanto ao privilégio concedido ao inglês Guilherme Stephens (1769), segundo o qual podia utilizar na sua fábrica, gratuitamente e durante 15 anos, toda a madeira do pinhal do Estado, de que necessitasse⁹. Esta prerrogativa viria a tornar-se permanente. Ao assunto nada tenho a acrescentar. Porém, desejo chamar a atenção para um outro aspecto: o facto de, mesmo cerca de século e meio mais tarde — já em plena 2.^a revolução industrial —, o combustível de madeira continuar a ser ainda da maior importância, para as novas fábricas de vidro ali instaladas. Este facto é comprovado por diversa documentação inédita que tenho vindo a consultar, para um trabalho em preparação. Como exemplo, que me parece bastante elucidativo, atente-se no facto de precisamente no mesmo dia em que foi constituída a sociedade Santos Barosa & C.^a (12 de Novembro de 1889), uma das mais bem sucedidas na produção vidreira da localidade, ter sido celebrado um contrato para o fornecimento de lenha (5 000 esterres anuais, até ao dia 30 de Setembro de cada ano, durante 10 anos).

Relativamente às *matérias-primas*, também a Marinha Grande se encontra relativamente bem localizada. Com efeito, há boas areias na zona de Rio Maior, boa sílica no Vale de Maceira, bons calcários na região de Leiria e boas argilas — para os potes ou cadinhos — no Vale do Lena, distrito de Leiria¹⁰. Grande parte dos restantes produtos é importada, pelo que os prós ou os contras de determinada localização passam, essencialmente, pelos transportes.

Quanto ao *sistema de transportes*, com as melhorias progressivamente introduzidas foi possível obter condições razoáveis de circulação: rodoviárias, marítimas e ferroviárias. Em certos casos, foram os próprios industriais a colaborar no desenvolvimento dos transportes. Como escreveu Acácio Calazans Duarte, «para facilitar o transporte dos vidros construíram os Stephens uma estrada de algumas dezenas de quilómetros que ia entroncar com a estrada real, perto de Chão de

⁸ Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. V, Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira & C.^a, 1875, «Marinha-Grande», p. 75; Carvalhão Duarte, *A indústria do vidro*, Lisboa, 1956, p. 5. Sep. da revista «Actividades Económicas», n.º 11, Outubro, 1956; Jorge Custódio, «A Real Fábrica de Coína», *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Coimbra — Guimarães — Lisboa/1986. Actas e Comunicações*, vol. I, no prelo.

⁹ Vasco Valente, *O vidro em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1950, p. 63.

¹⁰ José Maria de Campos Mello, *Indústria do vidro*, «Biblioteca de Instrução Profissional», Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., pp. 12 e 30; Carvalhão Duarte, *A indústria do vidro*, p. 12.

Maçãs. Essa estrada ainda é conhecida por Estrada do Guilherme»¹¹. Por outro lado, também não era difícil o acesso ao transporte marítimo: «Pelo pôrto de S. Martinho fazia-se o tráfego para Lisboa»¹². Na segunda fase da industrialização marinhense — de cerca de 1890 até aos anos 20 — o caminho-de-ferro desempenhou um papel extraordinariamente relevante, como aliás sucedeu noutras localidades por ele servidas, numa fase em que a motorização rodoviária ainda não se tinha generalizado e em que apenas dava os primeiros passos. É de presumir que a Linha do Oeste — concluída em 1888¹³ —, tenha sido um factor positivo, a ter em conta pelos industriais que, entre 1889 e 1920, instalaram na Marinha Grande nada menos que dez fábricas de vidro, nas quais laboravam, na última das referidas datas, 2 097 operários¹⁴.

Em relação ao *carácter rural do meio*, ele permitiu ou, pelo menos, possibilitou: por um lado, o recrutamento de mão-de-obra pela indústria vidreira, praticamente sem a concorrência de outras indústrias, no mínimo até há três ou quatro décadas (quando se começa a desenvolver a indústria de moldes); por outro, a possibilidade de o operário complementar — de forma indirecta — o seu salário, com a produção de alguns produtos agrícolas, contribuía para atenuar o nível dos respectivos salários, em certos casos mais baixo do que o de alguns grandes centros urbanos industrializados¹⁵.

¹¹ Acácio de Calazans Duarte, *Os Stephens na indústria vidreira nacional*, Marinha Grande, Nacional Fábrica de Vidros, 1937, p. 15.

¹² *Ibidem*.

¹³ Joaquim Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, 2.^a ed., Marinha Grande, Jornal da Marinha Grande, 1977, p. 66.

¹⁴ Maria Filomena Mónica, «Poder e saber: Os vidreiros da Marinha Grande», p. 566.

¹⁵ De um relatório, datado de 25 de Novembro de 1859, consta o seguinte, relativamente aos salários vidreiros da Marinha Grande: «Mão-de-obra — Na fabricação do vidro, como nos outros mesteres, os salários da Marinha Grande regulam por metade dos de Lisboa ou Porto. Esta diferença há-de ser, sem dúvida, diminuída pela facilidade de comunicações, mas não será anulada tão depressa, porque a povoação da Marinha Grande, pela facilidade da vida, e por um apego notável às suas areias, não se deslociza senão com extrema dificuldade, preferindo, e convindo-lhe efectivamente mais, ganhar um na sua terra e na sua casa do que dois nas cidades» (Carlos Vitorino da Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. II Centenário. 1769-1969*, Lisboa, Fábrica Escola Irmãos Stephens — Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1969, pp. 104-105). Sobre salários dos vidreiros marinhenses, no período de 1920 a 1929, ver Maria Filomena Mónica, «Poder e saber...», p. 568.

2 — Ritmos da Indústria Vidreira Marinhense

Do ponto de vista da *instalação de unidades industriais vidreiras*, na Marinha Grande, podem caracterizar-se três períodos: 1.º-1747 — anos 1880; 2.º-1889 — final dos anos 1930; 3.º-dos anos 1940 à actualidade.

No 1.º período (1747 — anos 1880), a produção de vidro na Marinha Grande esteve praticamente só a cargo da *Real Fábrica de Vidros*, sob a direcção de Guilherme Stephens (1769-1802) e de João Diogo Stephens, seu irmão (1802-1826). Conhece-se já boa parte da sua história, graças à obra de Carlos Vitorino da Silva Barros, publicada aquando do 2.º Centenário da referida Fábrica¹⁶. Nas décadas de 1870 e 1880 foram instaladas, na Marinha Grande, três novas fábricas de vidro¹⁷. Todavia, elas tiveram vida relativamente efémera, já que nenhuma das três unidades se manteve em laboração mais que dois anos¹⁸. Assim, no final dos anos 80, apenas continuava a laborar a antiga fábrica de vidros setecentista, motivo pelo qual praticamente toda aquela década se pode incluir no primeiro período indicado. O ano de 1889, por seu turno, marca a transição para o 2.º período (1889 — final dos anos 20), com a fundação da *Fábrica de Vidraça de Santos Barosa & C.ª*. Com efeito, para além da longevidade e do desenvolvimento registado por aquela fábrica de vidros — que, continuando na posse de descendentes dos fundadores, é hoje a segunda do País, na produção de vidro de embalagem —, sucede-se, pouco depois, a fundação de várias outras unidades vidreiras, através de iniciativas geralmente bem sucedidas. Passadas pouco mais de duas décadas (1912), já se localizavam na dita vila sete fábricas de vidro (vidraça e cristal)¹⁹, o que se traduzia numa razoável concentração, em termos nacionais. Durante a I Guerra Mundial e anos imediatos prosseguiu o desenvolvimento da indústria vidreira na Marinha Grande.

¹⁶ Referenciada na nota anterior.

¹⁷ Trata-se das seguintes unidades, fundadas nas datas indicadas: Fábrica de Cristal de José Ferreira Custódio (1870); Fábrica de Vidraça à Guarda Nova (1874); e Fábrica de Vidraça no Engenho (1886) (Joaquim Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, pp. 61-62).

¹⁸ Joaquim Barosa, *ibidem*.

¹⁹ «A indústria vidreira nestes últimos anos (anteriores a 1912) no nosso país tem atravessado grande crise, de que a Marinha Grande só vive, devido à grande concorrência do seu fabrico. A Marinha tem hoje 7 fábricas de vidraça e cristal, havendo muitas outras em diversos pontos do país» (Joaquim Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, p. 43).

Cerca de 1920, já aqui se localizariam umas quinze fábricas²⁰, embora, pouco depois, o sector tivesse entrado em crise. Ao facto se reporta *A Batalha*, no seu número de 5 de Dezembro de 1924, nos seguintes termos: «A Marinha Grande, que sorria quando vomitavam de fumo as suas 17 fábricas de vidro, não é hoje mais do que um lugarejo com um movimento fraco»²¹. Aproveitando as condições favoráveis do pós-guerra e recorrendo consideravelmente à mecanização, várias localidades do Centro e Norte do País vão atrair e/ou desenvolver a indústria vidreira, tais como: Guia, Porto, Gaia, Figueira da Foz e Oliveira de Azeméis²². A Marinha Grande que, em 1917 registava 60% do total nacional dos trabalhadores vidreiros, viu aquela percentagem baixar, numa década, apenas para 33%²³. Nos anos 30, o número de unidades vidreiras marinhenses andava pela dezena, tendo-se registado, de novo, uma aguda crise no ramo, na sequência de outras já ocorridas em 1908 e em meados dos anos 20²⁴. Para a dita crise dos anos 30 também contribuíram, por certo, os efeitos da crise de 1929.

No 3.º período (dos anos 40 à actualidade), a indústria vidreira marinhense atravessou períodos de expansão e períodos de recessão. Todavia, mesmo assim, tem conseguido resistir razoavelmente à concorrência, devido à conjugação de uma multiplicidade de factores: grupo de técnicos e empresários experientes e dinâmicos, mão-de-obra com um considerável grau de especialização, modernização tecnológica, etc.. Como prova do que acabo de afirmar, recordo que, em 1983,

²⁰ José Maria de Campos Mello, *Indústria do vidro*, p. 6. O número de 15 fábricas de vidro, fornecido por J. Maria de Campos Mello, não é confirmado por algumas outras fontes. Com efeito, enquanto outra fonte regista 10 fábricas (*O Marinhense*, de 10-IV-1920, *apud* M. Filomena Mónica, «Poder e saber...», pp. 528 e 566), uma terceira (*A Batalha*, de 5-XII-1924, *apud* M. Filomena Mónica, *idem*, p. 529) informa que já haviam laborado (quando?), na Marinha Grande, 17 fábricas de vidro. Trata-se de uma questão que continua em aberto.

²¹ Cf. nota anterior.

²² *A Batalha*, de 15-V-1921, *apud* Maria Filomena Mónica, «Poder e saber...», p. 528, nota 90.

²³ M. Filomena Mónica, «Poder e saber...», p. 528.

²⁴ Sobre a crise de 1908, ver algumas referências em Joaquim Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, pp. 39-43. A crise de meados dos anos 20, por seu turno, foi analisada por Maria Filomena Mónica, em «Poder e saber: Os vidreiros da Marinha Grande», *Análise Social*, N.ºs 67-68-69, 1981, pp. 528-530. O número de fábricas relativo a 1932 — que era apenas de 9 — reflecte, por certo, os reflexos da crise dos inícios dos anos 30 (Cf. António Arala Pinto, *A crise vidreira*, Leiria, 1932, p. 11).

se localizavam na Marinha Grande cerca de 50% de todas as fábricas de vidro existentes no País²⁵, contando-se, entre estas, várias das nossas maiores e mais prestigiadas unidades.

3 — Reflexos da concentração da Indústria Vidreira na Marinha Grande

A fixação da indústria vidreira na Marinha Grande, numa primeira fase e, por indução, de outras indústrias, — como a de moldes —, numa segunda, reflectiu-se obviamente sobre toda a realidade do respectivo meio. Assim, poder-se-iam referir, entre outros, os seguintes domínios: demografia e economia; urbanização e infraestruturas; cultura, em geral, e ensino, em particular; dinâmica social e mão-de-obra; associativismo e movimento operário, mentalidade e participação política, etc. Na impossibilidade de abordar, aqui, toda a problemática enunciada, analisemos apenas alguns exemplos bem elucidativos.

Do ponto de vista demográfico, verificou-se na Marinha Grande um crescimento considerável, de modo mais acentuado a partir de finais de Oitocentos. Com efeito, enquanto o número dos seus habitantes, para pouco mais que duplicar, necessitou de quase todo o século XIX (passou de 2 121 em 1811 para 4 777 em 1900), quase duplicaria de novo, nas décadas seguintes, atingindo os 8 601 habitantes, em 1930²⁶. E, no último meio século (1930-1980), a tendência para a expansão demográfica continuou a verificar-se, uma vez que a população marinhense terá aproximadamente triplicado, nesse período²⁷. Sem entrar em linha de conta, aqui e agora, com outras variáveis — por exemplo, as alterações nas taxas de natalidade e de mortalidade, cuja tendência, relativamente generalizada nas últimas décadas, tem sido para a baixa —, não há dúvida de que a Marinha Grande, além de pólo de atracção e concentração industriais, se tornou, correlativamente, um pólo de atracção demográfica, para um número considerável de pessoas que, provenientes de vários pontos do País, ali têm fixado residência.

²⁵ Mais precisamente 47,7%, dado que, das 86 fábricas de vidro existentes no País, naquela data, 41 se localizavam na Marinha Grande (*Anuário Comercial de Portugal*, 101.^a ed., 1983, Lisboa, Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital, pp. 1447-1148). Sobre a indústria vidreira, em Portugal, nos anos 50, ver alguns dados na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, reimp., vol. 35, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Lda., 1978, pp. 191-192.

²⁶ M. Filomena Mónica, «Poder e saber...», p. 569, anexos 11 e 12.

²⁷ Cf. *supra*, nota 1.

Economicamente, a Marinha Grande tem vindo a afirmar-se como um centro de grande dinamismo, dado o ritmo e volume das suas produções industriais. Estas, além de ocuparem um lugar significativo no conjunto das produções nacionais, são de igual modo consideráveis no que respeita a *exportações*, particularmente quanto ao vidro e aos moldes.

Como é óbvio, o desenvolvimento industrial e o crescimento demográfico arrastam consigo outras actividades, não só do sector secundário — indústrias e actividades complementares —, como do terciário. Poderão referir-se, por exemplo, actividades do seguinte tipo: comerciais, administrativas, referentes ao ensino, à saúde e ao alojamento. Aqui merecerá uma referência especial a *construção civil*, não só por si mesma como também pelas suas conhecidas características indutoras, relativamente a diversos outros ramos. Aliás, o surto da referida actividade, bem visível nas últimas décadas, começou a ser notado logo nos inícios do 2.^o período da indústria vidreira marinhense, de acordo com a periodização já indicada. A propósito escreveu Joaquim Barosa, nas suas *Memórias da Marinha Grande*: «Entre diversas indústrias do distrito de Leiria, o primeiro lugar pertence à Marinha Grande. *Esta vila tomou grande desenvolvimento em construções de prédios em 1901 a 1904*, época em que esteve em laboração o forno a tanque de vidraça na antiga Fábrica Nacional. A classe operária dessa secção, era remunerada em regra de proporção ao seu muito trabalho»²⁸.

Como já se referiu, a industrialização marinhense, como aliás qualquer outra industrialização, não se tem processado uniformemente, tendo, ao invés, estado sujeita a condicionalismos vários, internos e externos. Consequentemente, períodos de expansão têm alternado com períodos de recessão ou, em alguns casos, com períodos de crise aguda. Uns e outros se repercutem, naturalmente, na *mão-de-obra*, a qual se encontra, em certa medida, subordinada à lei da oferta e da procura, no respectivo mercado de trabalho. Como se sabe, a variação dos salários, a carência de mão-de-obra ou o desemprego constituem, afinal, índices reveladores das condições do referido mercado.

O operariado marinhense, favorecido pela respectiva concentração laboral, recorreu a vários meios, para assegurar a manutenção dos respectivos postos de trabalho. Assim, em 1892 e 1893 foram celebrados vários contratos de prestação de serviços, entre operários vidreiros

²⁸ Joaquim Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, p. 75.

— oficiais e aprendizes de cristal e de vidraça — e a Real Fábrica de Vidros. Ao avizinhar-se o termo de mais um contrato de arrendamento desta unidade e admitindo-se a hipótese de não renovação do mesmo, procurava-se firmar contratos de prestação de serviços, válidos mesmo no caso de o dito contrato não vir a ser renovado. Numa das cláusulas dos diversos contratos então celebrados (1892-1893), pode ler-se: «Se á mencionada excellentissima empreza não convierem as condicções de futuro contracto de arrendamento propostas pelo Governo, ou por qualquer circunstancia imprevista ella não continuar sendo arrendataria da fabrica real, acabando n'ella a sua gerencia com o actual contracto, e então resolver montar outro estabelecimento do mesmo genero, os segundos outorgantes do mesmo modo se obrigam a ir para ali exercer os seus officios, servindo de regra para o seu proceder, sua remuneração, condicções e deveres a cumprir o regulamento que ha muitos annos se observa na real fabrica de vidros, por demais conhecido, que promettem continuar a cumprir e observar em todas as suas partes»²⁹.

Outro meio de autodefesa e participação socioeconómica, cultural e política foi exercido através de um *forte espírito associativo*. Como já foi sublinhado por Maria Filomena Mónica, «A Marinha Grande gaba-se ainda hoje (1981) das suas fortes tradições associativas. Mesmo o Estado Novo não conseguiu, apesar da vontade e dos esforços nesse sentido, matar o vigor da vida associativa naquela localidade». E prossegue, a Autora: «Em vésperas da revolução de 1974 havia no concelho da Marinha Grande seis sociedades recreativas com bastante implantação. Além destas, haviam existido também algumas cooperativas»³⁰. Cooperativas de crédito e consumo, de produção — mais raras — e associações de classe contribuíram, pois, para fortalecer a *coesão* do operariado marinhense³¹.

²⁹ Arquivo Distrital de Leiria (ADL), Comarca da Marinha Grande, notário José Ferreira Custódio Júnior, livro 13, 131-5, fl. 7 v.

³⁰ Maria Filomena Mónica, «Poder e saber...», *Análise Social*, n.ºs 67-69, 1981, p. 539.

³¹ M. Filomena Mónica, *idem*, pp. 539-545. Para além do mútuo auxílio material — prestado, por exemplo, através de *cooperativas de crédito e consumo* —, as associações tinham frequentemente objectivos mais amplos. Assim, dos estatutos da Cooperativa de Crédito e Consumo dos Operários Marinhenses, reformados em 1911, consta: «Terceiro — Contribuir tanto quanto possível para o adiantamento intelectual e profissional dos socios» (ADL, Comarca da Marinha Grande, notário José Ferreira Custódio Junior, livro 56, 131-47, fl. 2). Ver ainda Maria Filomena Mónica (Prefácio e notas), *Os vidreiros da Marinha Grande (1919-45)*, «Estudos e Documentos ICS», n.º 5, Lisboa, s.d.

Essa coesão ficou, aliás, bem demonstrada com a participação dos operários da Marinha Grande, no movimento revolucionário de 18 de Janeiro de 1934, que constituiu, como se sabe, a primeira grande ameaça ao Estado Novo. O papel preponderante do centro industrial marinhense naquele movimento reflecte bem o grau de politização de um meio essencialmente operário, o qual representa, simultaneamente, mais uma das repercussões — neste caso *política* — da concentração da indústria vidreira, na localidade em foco.

Já se conhecem diversos aspectos relativos ao 18 de Janeiro de 1934³². Por esse motivo — e para não alongar demasiado esta comunicação —, apenas algumas referências, bastante esclarecedoras, então publicadas na imprensa. Uma reporta-se ao papel desempenhado pela Marinha Grande, no contexto nacional: «Dos acontecimentos que se deram na província, *o de maior gravidade foi o desenrolado na Marinha Grande. Mas a rápida e enérgica intervenção das forças militares liquidaram a insurreição, em termos que, ontem (19 de Janeiro de 1934), já aquela vila entrou na sua existência pacata*»³³. Outra referência diz respeito à verdadeira «caça ao homem» então desencadeada na Marinha Grande e respectiva área, que nem sequer poupou o director da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande, Dr. Acácio Calazans Duarte. Este, não obstante gozar «de inúmeras simpatias, tanto por parte dos operários como dos industriais», era «acusado de ter tido cumplicidade no movimento»³⁴. As forças, destacadas para aquela zona, são também uma prova concludente, não só da participação do operariado da zona como do empenho colocado pelo Estado Novo, com vista a normalizar rapidamente a situação. Consta do *Diário de Notícias*, de 20 de Janeiro de 1934: «A fim de realizarem uma batida aos pinhais da Marinha Grande, onde se refugiaram os revoltosos, seguiram para

³² Maria Filomena Mónica, «Poder e saber...», pp. 553-559. Embora sem praticamente indicar as respectivas fontes, também são fornecidos alguns dados, sobre «o 18 de Janeiro de 1934», por Ramiro da Costa, *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*, 2.º vol.: 1930-1975, «Cadernos peninsulares/Ensaio Especial 5», Lisboa, Assírio e Alvim, pp. 35-46.

³³ «Depois dos acontecimentos, a ordem é completa em todo o País», *Diário de Notícias*, n.º 24 413, de 20-I-1934, p. 1.

³⁴ «Ainda a revolta extremista da Marinha Grande», *Diário de Notícias*, n.º 24 417, de 24-I-1934, p. 5. Segundo informa ainda o enviado especial do *Diário de Notícias* à Marinha Grande, causara «profunda consternação a prisão do (referido) director da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande».

aquela localidade alguns esquadrões de artilharia»³⁵. Acrescentam-se outros pormenores, sobre as forças destacadas a operar na zona.

Do que se acaba de expor, parece-me poder concluir-se que a formação de um importante pólo industrial, na Marinha Grande, ultrapassa, de longe, os fenómenos de natureza industrial, para se repercutir, de forma mais ou menos directa, no contexto global da respectiva localidade e área envolvente.

³⁵ «Os acontecimentos da Marinha Grande. Forças militares continuam a fazer batidas nos pinhais da vila. O rescaldo dos acontecimentos», *Diário de Notícias*, n.º 24 413, de 20-I-1934, p. 6.